

A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS PRÉ-NGB

Maria Claudete Lima (UFC)

RESUMO

Este artigo visa a mostrar, criticamente, a problemática da categoria de voz nas gramáticas tradicionais no período que antecedeu a NGB. Não se trata aqui apenas de examinar as “incongruências” tão comodamente vistas a partir do momento atual, mas, sobretudo, de mostrar aspectos positivos a serem ressaltados em obras que ainda não se abeberavam em fontes lingüísticas modernas. Não incluímos as gramáticas pós-NGB por demandarem outro tipo de análise e outra divisão, que não a cronológica.

PALAVRAS-CHAVE: gênero verbal, voz, voz ativa, voz passiva, voz média.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos a descrição da categoria de voz nas gramáticas tradicionais, traçando um percurso cronológico desta categoria, desde o Renascimento até o período pré-NGB. Aqui faremos menção a autores representativos de língua portuguesa: Fernão de Oliveira, João de Barros (período renascentista); Jeronymo Soares Barbosa (período iluminista); Silva Jr., Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel e Silveira Bueno (período historicista).

Said Ali será referido em seção à parte por colocar-se o autor teoricamente à frente dos autores da segunda metade do século XIX, mas cronologicamente anterior à NGB.

AS GRAMÁTICAS RENASCENTISTAS DE FERNÃO DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS

Fernão de Oliveira (1975) pouco tratou da morfossintaxe, e menos ainda sobre o verbo em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, preocupando-se mais com a fonética e a ortografia. As categorias verbais, entre elas a de voz ou gênero verbal, como era chamada, são apenas mencionadas, limitando-se o autor a apresentar as formas – ou vozes, como diz o autor – em que se apresentam, sem defini-las nem classificá-las.

Quando apresenta o presente do indicativo como tempo primitivo

afirma que: Nos gêneros dos verbos não temos mais que uma só voz acabada em o pequeno, como ensino, amo e ando, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alguns poucos como são estes: sei (de saber) e vou e dou e estou e mais o verbo substantivo, o qual uns pronunciam em om, como som, e outros em ou, como sou, e outros em ão, como são (...) (OLIVEIRA, 1975: 121)

Observe-se que a descrição, embora superficial, segue o estilo de Donato, ou seja, a categoria de voz é descrita pela forma como os verbos terminam. Em latim clássico, os verbos eram enunciados na primeira pessoa do presente do indicativo, que terminava em *o* na voz ativa e em *or* na passiva. Traçando o paralelo com o português, Oliveira só podia atestar que havia apenas uma forma terminada em *o*, já que a perda das desinências passivas ocorreu ainda no latim vulgar. Atente-se que ele não diz haver um só gênero verbal, uma vez que se refere a *gêneros* no plural, mas uma só forma: “nos gêneros dos verbos não temos mais que uma só voz acabada em *o* pequeno”. Poderíamos inferir daí que o autor admitiria, pelo menos, duas vozes: ativa e passiva, ou ativa e neutra, como o fez seu contemporâneo João de Barros? Ou, com a alusão a uma só forma, queria reportar-se à voz enquanto categoria marcada, e a voz passiva, por exemplo, seria de caráter sintático-semântico?

Ao tratar de conjugação, o autor enumera ordem em que as categorias verbais aparecem: modo, tempo, número e pessoa (1975: 122). O gênero verbal não aparece aí, como aparece no início do capítulo XLVII, em que Oliveira, em dois momentos, apresenta a seguinte ordem: *gêneros, conjugações, modos, tempos, números e pessoas*. Isso nos faz deduzir que a categoria de gênero¹ era considerada como algo que estava num âmbito diferente das outras, pois está apresentada antes das conjugações e não é citada como uma das formas verbais quando o autor trata de conjugação. Parece-nos evidente que o autor considera o modo, tempo, número e pessoa categorias formais. O gênero verbal seria considerado, então, uma categoria sintático-semântica? Diante da ausência de respostas, lamentamos que não tenha chegado até nós a obra que o autor promete nas páginas de sua *Gramática da linguagem portuguesa*.

Menos concisa e mais explícita é a gramática de João de Barros. O autor dedica boa parte de sua Gramática da Língua Portuguesa ao estudo

¹ O termo *gênero* está empregado por *voz*.

do verbo e suas categorias, traçando paralelos entre o latim e o português. Começa por definir o verbo e dividi-lo em substantivo e adjetivo. A seguir enumera oito acidentes verbais: gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número, conjugação, o que nos lembra Dionísio Trácio. Desses oito, interessa-nos a abordagem do gênero verbal, assim definido, por Barros: Gênero em o verbo é ùa natureza especial que têm uns e não têm outros, pela qual conhecemos uns autivos, outros passivos e outros neutros, nos quais gêneros repartem os latinos os seus; e em outros dois a que chamam comuns e depoentes. Nós, destes cinco gêneros, temos sòmente dous: autivos e neutros. (1957: 26).

Note-se que a categoria de gênero verbal é apresentada aqui como um traço especial dos verbos – “ùa natureza especial – . Em outras palavras, parece-nos que a categoria de gênero era considerada uma propriedade semântico-lexical dos verbos, “que têm uns e não têm outros”, definida como a possibilidade ou não de converter-se “ao modo passivo”. Assim, o verbo ativo era definido como “aquele que se pode converter ao modo passivo e pelo qual denotamos fazer algũa obra que passe em outra coisa a qual poemos em o caso acusativo (...)” (1957: 26).

Dessa definição, inferimos que a propriedade verbal designada pelo nome de *gênero* era não só semântico-lexical, mas também sintática, uma vez que é considerado ativo o verbo transitivo direto.

Todavia, ao afirmar que não temos verbos da voz passiva, deduzimos que Barros também considera o gênero verbal uma categoria mórfica: E porque não temos verbos da voz passiva suprimos este defeito per rodeio (como os latinos fazem nos tempos que lhes falece a voz passiva) com este verbo sou e um particípio do tempo passado, dizendo Eu sou amado dos homens e Deus é glorificado de mi. (1957: 26)

O autor afirma ainda que o modo passivo nada mais é do que a inversão do modo ativo, porque o significado seria o mesmo: “porque tanto é em significado *eu amo a verdade*, como *a verdade é amada de mim*.” (1957: 26). Os dois modos *ativo* e *passivo* se diferenciam porque o primeiro “faz em obrar” (1957: 26) e o segundo “padece em receber” (1957: 26).

O verbo neutro é definido por negação como o que não se pode converter ao modo passivo e cuja ação não passa em outra coisa. Seriam os intransitivos e os verbos de ligação. Barros (1957: 27) exemplifica com *estou*, *ando*, *venho*, *vou*, *fico*. A tabela abaixo resume a descrição dos três gêneros apresentada por Barros (1957).

Tabela 1: Gênero verbal dos verbos pessoais, segundo João de Barros

	Verbos ativos	Modo passivo	Verbos neutros
Sentido	“Faz em obrar”	“Padece em receber”	-
Construção	Acusativo	-	-
Predicação	Transitivo direto	Transitivo direto	Intransitivo e de ligação
Conversão	Sim	Sim	não
Forma	Simplex	Perífrase	simplex
Exemplos	<i>Eu amo a verdade</i>	<i>A Verdade é amada por mim</i>	<i>Os homens vão a Paris.</i>

Essa classificação em verbos *ativos* e *neutros* valeria para os verbos pessoais. Os impessoais são apresentados como divididos em dois tipos: impessoais da voz ativa e impessoais da voz passiva. Em português, só haveria impessoais da voz ativa, que são conjugados com dativo e verbo no infinitivo. O autor cita como exemplo, a frase (1) abaixo.

(1) **A mi, a ti, a ele, a nós, a vós e a tôdolos omens releva, compre, contém, falar verdade.**

Os impessoais da voz passiva existiriam em latim e “denotam aução com generalidade de obrar e pròpriamente vêm de tôdolos verbos neutros ausolutos” (1957: 27). O português, para expressar a mesma idéia dos impessoais da voz passiva, valer-se-ia da terceira pessoa do singular dos verbos e o pronome de terceira pessoa *se*, como ocorre no exemplo citado pelo autor: “*No paço se pragueja fortemente*”.

A classificação de Barros da voz nos verbos impessoais pode ser resumida pela tabela (2) abaixo.

Tabela 2: O gênero dos verbos impessoais, segundo Barros (1957)

	Impessoais da voz ativa	Impessoais da voz passiva
Sentido	?	“aução com generalidade de obrar”
Construção	Dativo + infinitivo	3ª p.s. + se

A GRAMÁTICA ILUMINISTA DE SOARES BARBOSA

Soares Barbosa (1875) propunha-se a oferecer princípios lógicos gerais aplicados à língua portuguesa. O autor define voz como: “maneiras, pelas quaes sua [do verbo transitivo] acção póde ser exercitada” (1875: 167). Segundo ele, o verbo transitivo em português te-

ria três vozes: *voz ativa*, em que o sujeito da oração produz uma ação que outro recebe; *voz passiva*, em que o sujeito da oração recebe uma ação que outro produz; e *voz média ou reflexa*, em que o “sujeito que produz a acção a recebe também em si” (1875: 168).

Vê-se daí que o autor assume a categoria de voz como ligada à significação da oração. Adiante, ao tratar da conjugação da voz passiva, afirma: O verbo adjetivo não tem na Língua Portuguesa linguagem simples para a voz passiva, como tem para a activa. Assim não se pôde dizer que tem verbos passivos, como tinham os gregos e romanos, que expressavam esta voz com as mesmas linguagens simples da activa, dando-lhes só diferentes características e terminações (...).

Mas se não tem verbos passivos, nem por isso deixa de ter voz passiva, isto é, uma forma de expressão que o verbo adjetivo toma para indicar que o sujeito da oração não é já o agente, como na voz activa, mas o paciente da acção. (1875: 178)

Assim, estabelece-se a diferença entre a categoria mórfica de voz, isto é, a existência de desinências que expressam essa ou aquela relação sujeito/verbo, e a categoria sintático-semântica, ou seja, a expressão dessa relação pura e simples, sem desinências, mas por outros meios analíticos. O português teria, no dizer do autor, apenas um tipo de verbo: ativo, porque a passiva e a reflexa seriam apenas categorias sintático-semânticas expressas por meio de construções analíticas.

A voz passiva poderia ser expressa de duas maneiras: com o verbo substantivo *ser* e o particípio perfeito passivo – “que contem em si toda a força da significação propria do verbo adjectivo” (1875: 178); e com o *se*: ha outro modo particular mais breve de formar a voz passiva das terceiras pessoas, principalmente quando os sujeitos das linguagens são coisas inanimadas, que é ajuntar o reciproco se ás terceiras pessoas, tanto do singular como do plural do verbo adjectivo, d’este modo: n’este paiz estima-se a virtude, e premêa-se o merecimento.(1875: 179)

O autor admite a passiva com *estar*, que indicaria uma existência persistente e continuada, enquanto o *ser* indicaria uma paixão passageira. Assim, *estar* seria mais adequado à passiva dos verbos intransitivos: “*estou quieto, estou parado, estou morto, estou descançado*” (1875: 179). Seria preferível ainda *estar a ser*, como se quisesse exprimir um *estado passivo*, como em “está escripto na lei e nos prophetas”, para expressar que tal coisa não só foi escrita, mas ainda persiste.

Observe-se que, num primeiro momento, Barbosa fala de vo-

zes do verbo transitivo, como se admitisse que apenas os transitivos pudessem ser divididos quanto à voz, mas logo depois fala de “passiva dos verbos intransitivos” e ainda adiante, ao tratar do particípio perfeito ativo, afirma: “D’aqui veio ficarem ainda no uso presente da nossa Língua muitos particípios passivos com significação activa, posto que intransitiva.” (187: 204). Disso, conclui-se que, embora não tenha explicitado, admitia duas vozes para os verbos intransitivos: ativa e passiva. A ativa dos intransitivos teria em comum com a dos transitivos o sujeito agente, e a passiva indicaria “um estado ou qualidade permanente no sujeito da proposição” (BARBOSA, 1875: 179).

A voz média ou reflexa é descrita por Barbosa (1875: 180) como aquela em que “os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma acção que produzem, exercitando-a e recebendo-a ao mesmo tempo.”. É construída com os pronomes da mesma pessoa do verbo.

“D’aqui veiu chamarem-se os verbos assim construidos pronominaes, e tambem reflexos ou reciprocos (...)” (1875: 180)

Sem repudiá-la claramente, o autor apresenta a distinção que “alguns grammaticos fazem d’este nomes” (1875: 180). Os pronominais seriam os que nunca se conjugam sem os dois pronomes da mesma pessoa: *abster-se*, *arrepender-se*, *atrever-se* e outros exemplificados por ele. Os recíprocos seriam os que exprimem uma acção recíproca entre duas ou mais pessoas e podem ser construídos com o verbo no singular e a segunda pessoa precedida da preposição *com* ou com o verbo no plural e, para evitar ambigüidade, acrescentando *um ao outro*, *entre si*, *mutuamente*: *comunica-se com João*, *abraçaram-se um ao outro*. Reflexivos são os verbos “verdadeiramente ativos, cujos agentes fazem recair sobre si mesmos, por meio dos pronomes de sua pessoa, a acção que produzem” (1875: 181): *eu entendo-me*, *tu entendes-te*, *ele entende-se*.

Ao comparar a nossa voz média com a dos gregos, Barbosa afirma que, excetuando-se a forma, há uma correspondência de significado e uso. A voz média grega era empregada também em sentido passivo do mesmo modo que a nossa: Os nossos verbos reflexos tem igualmente esta significação passiva nas terceiras pessoas de um e outro número, quando o sujeito é um nome de coisas inanimadas, como: muitas vezes se perde por preguiça o que se ganha por justiça (...) (1875: 182).

Analisemos então a posição do autor. Haveria três vozes: ativa, passiva e média. Quanto à ativa, nenhum problema, já que seria expressa por uma forma simples. A passiva e a média não possuem forma especial. A primeira pode ser expressa tanto pelo particípio como pelo pronome *se*, a segunda pelo pronome *se*. As duas são definidas pelo sentido, a primeira expressa um sujeito paciente, a segunda, um sujeito, ao mesmo tempo, agente e paciente. Ao atribuir “sentido passivo” a um dos usos da voz média, porém, o autor admite tacitamente que a voz média seria definida pela forma – pronome *se* —, podendo ter vários sentidos, entre eles o passivo. Ademais, embora diga que “os latinos não tinham para isso [para indicar que o sujeito era agente e paciente] forma alguma especial, nem também nós.” (BARBOSA, 1875: 180), o autor fala de *verbos reflexos* ao comparar com a média grega. O passivo seria, então, nada mais que o significado de uma construção e não uma voz específica, já que seria expresso pela voz média, que conjugaria em si vários significados que não fossem ativos, como *reflexivo*, *recíproco*, *passivo*. Mas observe-se ainda que, na divisão da voz média, cada grupo é definido por critérios diferentes. Os pronominais são os únicos que são definidos apenas formalmente como aqueles conjugados sempre com o pronome. Os recíprocos são definidos semântica (*ação* recíproca) e formalmente (*se* ou *com*). Já os reflexivos são definidos morfo-semanticamente (*pronomes de sua pessoa*). De qualquer modo, essa divisão, como dissemos, não é plenamente assumida pelo autor que a atribui a outros autores, preferindo, para denominar essa voz, o termo *média*, pela semelhança com a voz média grega.

Interpretando o pensamento de Barbosa, podemos concluir que, na realidade, o autor admite uma classificação binária dos verbos quanto à voz: *ativos* e *médios*. Os primeiros caracterizar-se-iam pela conjugação simples e a expressão de atividade do sujeito; os segundos caracterizar-se-iam pelo pronome correferente à pessoa do sujeito e a expressão de sentidos diversos: *reflexividade*, *reciprocidade* ou *passividade*. A voz passiva existiria apenas como categoria sintático-semântica, expressa ou pelos verbos médios, ou por uma construção do verbo *ser* com o particípio passivo. Deve-se advertir que, nessa última construção de sentido passivo, o verbo *ser* não é considerado pelo autor verbo auxiliar.

Alguns de nossos grammaticos fazem tambem do nosso verbo ser um

auxiliar, ela razão de que, junto com os participios passivos, serve e ajuda a conjugar a voz passiva dos verbos adjectivos de nossa Língua, que para ella não tem fórma propria e simples, como tem a grega e a latina. Porém o verbo *ser* n'este uso não tem outra significação e emprego senão o seu proprio, que é o de exprimir a existencia de uma coisa em outra. N'estas duas orações, eu sou amado, e eu amo ou sou amante, o verbo *sou* affirma do mesmo modo na primeira a coexistencia em mim do amor que outro me tem, que na segunda a do amor que eu tenho a outrem. Isto é claro. Não é, pois, auxiliar, mas um verbo substantivo, simples, e o unico e principal (...) (1875: 135-6)

Desse modo, na construção passiva com *ser* e participío do verbo adjectivo, este último nada mais é que attributo. Da mesma forma que haveria, além da voz ativa sintética (expressa pelas formas simples dos verbos, como *amo*, *tenho amado*, *amei*), uma voz ativa analítica, expressa pelo verbo *ser* e o que Barbosa chama *adjectivo verbal activo* (ou participío presente), como em *ser amante*, *tendo sido amante*, *ter sido amante*, (1875: 165), haveria uma voz passiva analítica, formada pelo verbo *ser* e o *adjectivo verbal passivo*. O que, então, atribuiria carácter ativo ou passivo à construção seria o valor do adjectivo verbal. A construção em si nada teria de ativa ou passiva.

AS GRAMÁTICAS DO PERÍODO HISTORICISTA

Silva Jr. (1894) reconhece apenas duas vozes do verbo português, ativa ("representa o sujeito") e passiva ("representa o objeto do verbo"). Em vários outros pontos, porém, ao tecer comentários quer sobre os pronomes, quer sobre a conjugação ou sintaxe dos verbos, o autor fala de verbos reflexivos e verbos neutros: Os nossos classicos, porém, entendiam o emprego desta forma aos verbos neutros: – a avesinha se cahiu; ella se morreu (B. Rib.), cahir-se, emagrecer-se, acontecer-se, partir-se (d'alli nos partíramos, Cam.). Hoje só temos esta liberdade quando o verbo neutro exprime espontaneidade da acção: – vive-se, come-se, bebe-se, dorme-se... (1894: 450)

E ainda: O portuguez, como as outras linguas congeneres, adoptou esta construção latina [verbo na ativa acompanhado de pronome reflexivo de 3ª pessoa] e assim crearam-se os nossos verbos reflexos pronominaes: mover-se, arrepender-se. (1894: 450)

Júlio Ribeiro (1899) igualmente não faz uma descrição detalhada de voz. Esta é apresentada como uma construção dos verbos transitivos. Estariam na voz ativa quando "a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração" (1899: 68) e na voz passiva, quando "tal acção é exercida sobre esse sujeito" (1899: 68). Mas Ribeiro adverte que o português não tem forma especial de passiva: "suppre-se esta falta

com tempos do verbo ser e participios aoristos” (1899: 268). Também o autor não distingue uma terceira voz, a reflexiva. Ao tratar de verbo pronominal (verbo que “por uso da lingua se emprega sempre com um pronome objectivo, que representa o sujeito” (1899: 69)), diz que a distinção da ação do verbo em recíproca e reflexiva está mais no domínio da lógica do que no da gramática, opinião que surpreende e antecipa a necessidade questões lingüísticas no domínio da lingüística, isto num período em que a ciência da linguagem não se havia firmado ainda solidamente. Para corroborar o que diz, cita Garret: O verdadeiro systema de grammatica devêra ser o de simplificar, mas parece que acientemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer difficultoso o que é simples e facil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, verbo reciproco? É um verbo activo, nem mais, nem menos, com um pronome no objectivo, assim como podia ter um nome. (*apud* RIBEIRO, 1899: 69)

Desse modo, reduzem-se as vozes a uma só: ativa – a única que teria forma especial. De qualquer modo, não fica clara a posição do autor quanto à definição da categoria de voz. O termo ativo, por exemplo, é usado tanto para classificar um tipo de verbo, como um tipo de voz; o termo passivo, apenas como um tipo de voz. Isso nos faria pensar numa categoria de voz como uma classificação da conjugação (tipos de voz) como fez claramente Adolfo Coelho (1891), distinta da classificação dos verbos, que dependeria da forma. Já o termo reflexo é usado apenas para voz, em duas afirmações contraditórias: ao negar a existência de uma voz reflexiva e ao observar o sentido passivo de determinadas construções: Ha ainda a notar que a voz reflexa em romanico é tambem empregada como equivalente da passiva nas primeiras e segundas pessoas. (1899: 336).

Se o autor demonstrou coerência ao usar o termo *voz* ao referir-se a construções específicas, não foi claro ao usar o termo *voz reflexa* para uma construção que, segundo ele, tem sentido passivo. Por outro lado, se não há voz reflexa, por que falaria de uma voz reflexa com sentido passivo?

A construção com *se* é considerada por Ribeiro uma das maneiras de formar a passiva, quando o agente for indeterminado. Nesse caso, o sujeito deveria ser sempre incapaz de exercer a ação, para evitar ambigüidade.

Indica-se tambem [a outra forma é através de homem ou gente] nas linguas romanicas a indeterminação do agente de um verbo, unindo-se a esse o pronome reflexivo *se*, considerado como mera particula apassivadora. (1899: 332)

Com essas construções, haveria duas situações: a expressão

impessoal, com verbos transitivos e intransitivos: *diz-se, crê-se, vai-se, vem-se, vive-se*, e a expressão pessoal, com verbos transitivos: *dá-se um baile, plantam-se arvores*.

O interessante, nesse estudo, é a explicação que Ribeiro dá para a passiva. Adianta-se aos funcionalistas e apresenta as funções discursivas da passiva, tanto em latim como nas línguas românicas.

A voz passiva em latim classico tem por principaes objectos: 1) trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construída em voz activa, nome esse que figura como sujeito.

2) Indicar uma acção sem designação precisa do agente que a leva a effeito.

(...)

Fica, pois, demonstrado que as fórmulas românicas construídas com *se*, bem como as fórmulas latinas passivas, servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente. (1899: 334)

A função (1) pode ser traduzida em termos modernos como “topicalizar o paciente” e a função (2) nada mais é que a função básica das formas de-transitivas, segundo Givón (1995), que é a de “demonção do agente”.

Se Ribeiro (1899) falhou ao oferecer uma descrição de voz precisa, inovou ao apresentar as funções discursivas da voz passiva, que, embora restritas ainda apenas à construção com *se*, guardam muita semelhança com estudos posteriores sobre tal categoria.

Outro gramático do período, João Ribeiro (1908) define voz à maneira tradicional, classificando-as em *passiva, ativa e reflexa*. O *se* recebe uma seção especial na parte dedicada à sintaxe. Construiria a chamada *voz média passiva* com verbos da terceira pessoa, quando não houvesse sujeitos que pudessem ser representados por pessoas capazes de ação: *fizeram-se casas, preparou-se a terra*. Quando usado nesse último caso, a construção ficaria ambígua, vez que poderia indicar espontaneidade da ação, como em (2)

(2) Na peleja, muitos soldados já se estendem mortos por terra. (1908: 219)

Ribeiro reconhece a dificuldade de análise do *se*: Não é pequena a dificuldade de análise da passiva com *se*. É demasiada sutileza dizer que na phrase ‘Louva-se a Deus’ a palavra Deus não é complemento objectivo, e afirmar que a Deus é sujeito (com preposição!). (1908: 220)

E observa: Além disso, ‘Louva-se a Deus’ não significa que ‘Deus é louvado’, e apenas que ‘Deus é para ser louvado, é digno de louvor,’ da mesma forma ‘Vende-se casas’, não significa ‘casas são vendidas’, mas ‘casas são para vender ou vendáveis’

Do mesmo modo analisem-se fórmulas como ‘Aqui bebe-se vinho puro.’, ‘Em Roma vive-se com pouco, ‘A que horas se come?’ (1908: 220)

Apesar da reconhecida dificuldade, o autor prefere considerar, nesses casos, o *se* um sujeito equivalente a *on* dos franceses ou *homem* da linguagem clássica. Para reforçar seu ponto de vista, o autor transcreve um trecho de um estudo de Alves de Amorim que considera a construção portuguesa com *se*, não um galicismo, mas um italianismo, semelhante à construção italiana *si va*. A construção portuguesa que mais se aproxima da francesa com *on*, como *on va* seria *a gente vai*. Em todo o caso, o *se* é analisado como sujeito, o que vai ao encontro de análises modernas, como as de Monteiro (1994) e de Ladeira (1986).

Todavia, o *se* não se limita à expressão da “médio-passiva”, o autor enumera outros empregos do *se*, todos passíveis de serem reduzidos a um só: exprimir espontaneidade da ação. Seria essa “espontaneidade da ação” que explicaria o emprego do *se* em frases como “Elle se partiu, elle se foi embora, alegremente se partia”. Da mesma forma, explicaria o uso do *se* junto ao verbo, indicando que “toda a existência expressa pelo verbo *vae* e volta ao sujeito ou *nelle se* cifra e limita”(1908: 221), como no exemplo citado pelo autor (1908: 221): “Quando *se é* mulher”. O autor explica ainda como resultado da expressão da espontaneidade casos como “a água *evapora-se*”: O uso do *se* exprimindo a colaboração e espontaneidade do agente, serve para designar fenômenos naturais; a água *evapora-se*, – o que difere de – a água é evaporada (podendo *sel-o*, nesse caso, artificial e propositadamente por outro agente). (1908: 221).

Também aqui, como observamos em Júlio Ribeiro, vislumbramos uma descrição que se aproxima da que Givón (1995) faz para distinguir, em inglês, três construções de-transitivas: a adjetiva-lexical, a passiva perfeita e passiva com *be*. A diferença básica proposta por Givón diz respeito, além da noção aspectual, exatamente à concepção ou não de um agente (mesmo que passível de supressão). Assim, a diferença proposta por João Ribeiro entre a passiva com participípio e a construção com *se*, junto de verbos que expressam fenômenos naturais, resume-se no fato de a primeira admitir a concepção de um agente, mesmo que este não esteja expresso, e de a segunda expressar o fato dando-se espontaneamente. Restar-nos-ia saber o que exatamente o autor denomina de “fenômenos naturais”. O que

ele chama de “fenômenos naturais” não seriam apenas aqueles produzidos espontaneamente pela natureza, como a evaporação da água, mas toda modificação para que um agente humano não contribuiu. Nesse último caso, as frases (3) e (4) também expressariam “fenômenos naturais”.

(3) “o feijão queimou”

(4) “o navio afundou”

Fica dado, assim, com João Ribeiro (1908) mais um passo na direção de uma melhor percepção da categoria de voz. Se com Júlio Ribeiro tivemos o início de um tratamento “funcional” da categoria de voz, em João Ribeiro temos um princípio da discussão em torno dos traços que caracterizariam a voz média e a diferenciariam da voz passiva.

Já Maximino Maciel (1914) não fala de voz ao definir verbo. Essa categoria só aparece na parte em que trata de sintaxe, quando então define voz e suas subcategorias, o que nos permite pressupor que concebia tal categoria como sintático-semântica. Voz, segundo o autor, é a modalidade sob que se exprime a ação de um verbo objetivo, ou seja, de um verbo transitivo. Apresentar-se-ia sob duas formas: ativa e passiva.

Haveria três formas de expressão da passividade: a passiva com participípio, a passiva com *se* e a passiva do infinitivo, que o autor chama de *passividade semiótica ou latente*, porque “se exprime apenas pelo sentido, pois o verbo exteriormente não possui sinal de passividade” (MACIEL, 1914: 366).

Quanto à passiva participial, o autor admite para formá-la, além do verbo *ser*, os verbos *estar*, *ficar*, *andar*, *ir* e *vir*. Já a passiva com *se* ocorreria sob três condições: (a) o sujeito é nome de coisa ou ser abstracto; (b) o sujeito, embora representado por pessoa, não exerce a ação do verbo. (c) o sujeito é constituído por proposição ou expressão equivalente.

A passiva semiótica (*sic*) dar-se-ia apenas com infinitivos, que se adaptam a qualquer função por não serem ativos nem passivos. Ocorreria com os verbos *deixar*, *fazer*, *ouvir e ver*; com os verbos *ser*, *estar*, *levar*, *trazer* e depois de determinados adjetivos descritivos.

Maciel não fala de uma voz reflexiva, apenas se refere a *verbo reflexivo* quando fala da pronominalidade do verbo. Define verbo *pronominado* como aquele a que se acham anexados dois pronomes pessoais da mesma pessoa. Haveria cinco tipos de verbos pronominados: *pronominado reflexivo*, *pronominado passivo*, *pronominado indefinito*, *pronominado recíproco*, *pronominado emphatico*.

Essa divisão em classes de verbos pronominados segue critérios distintos, o que resulta numa classificação arbitrária e confusa. O pronominado reflexivo é definido formal e sintaticamente como o verbo que tem dois pronomes da mesma pessoa, um sujeito e outro objeto: *eu me julgo* (MACIEL, 1914: 132).

Também o pronominado indefinito e o emphatico são definidos formal e sintaticamente. O primeiro é definido como aquele que é “formado de um verbo qualquer regido da particula *se* exprimindo o sujeito indeterminado, ex.: bebe-se” (1914: 133). Já o segundo como “verbo de predicação completa regido da fôrma pronominal, não exprimindo funcção apreciavel, ex.: foi-se o homem.” (1914: 133).

Já o pronominado passivo e o pronominado recíproco são definidos formal e semanticamente, conforme a “modalidade da ação”, o que poderia levar a uma voz recíproca. O pronominado passivo é definido como o verbo “nas terceiras pessoas modificado do pronome *se*, exprimindo acção soffrida pelo sujeito, ex.: o barco virou-se, a casa queimou-se, os livros se vendem.” (1914: 133). O pronominado recíproco seria aquele “regido da fôrma pronominal, exprimindo reciprocidade de acção, ex.: elles se estimam, elle se corresponde com ella por meio de cartas”(1914: 133).

Figura-se-nos incoerente definir voz como as “modalidades da ação” e, admitindo que a ação pode se dar de forma recíproca, não falar de uma voz recíproca. Além disso, a divisão dos verbos pronominados deveria seguir apenas um critério. A caracterização do pronominado reflexivo não é suficiente para distingui-lo dos outros tipos. O fato de haver dois pronomes da mesma pessoa não é exclusivo do pronominado reflexivo. Ocorre com o enfático, em todas as pessoas, e também com o recíproco e o passivo, embora apenas nas terceiras pessoas. O outro traço, que é um dos pronomes ser sujeito e outro objeto, ocorre também com o recíproco. Desse modo, o que levaria a distinguir um verbo reflexivo do passivo e recíproco seria a

negação. O reflexivo seria caracterizado não só pelos dois traços apontados pelo autor, mas também por não exprimir ação sofrida pelo sujeito, nem reciprocidade da ação. A tabela (3) resume essas colocações.

Tabela 3: Tipos de verbos pronominais, segundo Maciel (1914)

	reflexivo	passivo	indefinito	Recíproco	enfático
forma	“Dois pronomes da mesma pessoa”	Verbo 3ª p. + se	se	Se	Verbo predic. Completa + se
Função	Sujeito/objeto		Sujeito indeterminado		Sem função
Sentido		Ação sofrida pelo sujeito		Reciprocidade da ação	

O último autor de que trataremos aqui – Bueno (1963) – faz uma descrição de voz que se aproxima mais da que fazem autores pós-NGB. Voz, por exemplo, é definida como “os diversos modos em que se relacionam o sujeito e o predicado quanto à atribuição da atividade do verbo” (1963: 375), definição semelhante a que fazem os autores modernos. Esses modos seriam três: ativa, passiva e reflexa.

Observe-se que já temos aqui a voz como a expressão de uma relação entre sujeito e predicado, conceito que reaparece em Macambira (1986) e que nos leva a considerar voz não uma categoria restrita ao verbo, mas pertencente à oração inteira. Essa interpretação é reforçada com o título dado à seção: “Concordância das vozes verbais”, que, ao mesmo tempo, enfatiza a relação sujeito/predicado e lembra a posição de Andersen (1996) quanto à diátese grega: Isso indica que a verdadeira categoria gramatical é a concordância verbal, cuja função é indicar no verbo as várias propriedades do sintagma nominal (i.e. do sujeito no grego clássico) a que se refere. (ANDERSEN, 1996: 4/2)².

Bueno considera ainda uma quarta possibilidade de relação entre sujeito e predicado, que é a inexistência quer de ação ou de recepção. Nesse caso, haveria apenas uma qualidade ou estado e a frase não teria nenhuma das três vozes, seria do tipo neutro, como em “Pedro é rico”. Além dos verbos ser, estar, são incluídos nesse caso os verbos intransitivos: Assim: Pedro dorme – Pedro vive – João morreu. Não podemos dizer que os sujeitos de tais frases tenham executado ou estejam execu-

² "This in turn indicates that the actual grammatical category at issue here is verbal 'agreement', the function of which is to indicate on the verb various properties of the noun phrase (i.e. the 'subject' in Classical Greek) to which it refers." (ANDERSEN, 1996: 4/2)

tando ação alguma, nem tampouco que a estejam recebendo: são fenômenos que se passam no próprio sujeito. Constituem, pois, casos neutros. (1963: 375).

A CONTRIBUIÇÃO DE SAID ALI

Said Ali (1963: 95) não define o que é *voz*, mas classifica as vozes do verbo português em três: *ativa*, cuja forma seria a “usual simples”; *passiva*, formada pelo particípio do pretérito com o auxiliar *ser*; e *média*. A média assumiria cinco significações diferentes: (1) ação rigorosamente reflexa, que o sujeito pratica sobre si mesmo; (2) estado ou condição; (3) ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, sem haver a idéia de direção reflexa; (4) ato em que o sujeito aparece vivamente afetado; (5) ação recíproca.

Já em Said Ali (1964), o autor oferece mais detalhes sobre a voz média, sem, contudo, ainda definir o que seja voz. Mantém a classificação das vozes do verbo em ativa, passiva e média: Embora o autor se exima de definir voz, esta categoria parece ser considerada mórfica, ou antes, morfossemântica, que não encontra nos intransitivos uma concordância forma/sentido como encontra nos transitivos.

Esta classificação facilita o estudo das formas, mas nem por isso se harmoniza sempre com a significação do verbo. Andar, fugir, ir, voar e outros intransitivos representam atividade em que o sujeito é, como nos transitivos ativos, verdadeiro agente; porém em padecer, adoecer, morrer, envelhecer, durar, não se revela nenhuma atividade da parte do sujeito. São atos que nele se consumam, estados pelos quais passa (...). A condição do sujeito aqui é a de paciente. Estoutros intransitivos, ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos. (1964: 177).

A voz média é a que merece mais comentários do filólogo. É apresentada como uma forma verbal intermediária entre ativa e passiva, conjugada com pronome reflexivo que abrange várias funções. Serve para expressar reflexividade, reciprocidade e outras noções. Uma dessas funções é indicar, por exemplo, que a ação não emana do sujeito, mas que ele foi afetado: “Pedro feriu-se nos espinhos”. Verbos que indicam sentimento, conjugados com o pronome – *zanguei-me*, *aborreci-me*, *enganei-me* – indicam que “o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer exterior” (1964: 178).

Os verbos pronominais podem também ter significação ativa, quando “o sentimento manifesta-se exteriormente por alguma atividade” (1964: 178). Nesse caso, o pronome reflexivo denotaria a pessoa vivamente afetada: *gloriar-se*, *atrever-se lamentar-se*, *queixar-se*. O inverso não é, contudo, verdadeiro, ou seja, nem sempre um sentimento manifesto exteriormente é expresso por forma medial. Pode-se tanto usar *atrever-se*, verbo pronominal, como seu sinônimo *ousar*, verbo ativo.

Outra função da forma reflexa é indicar “atos materiais, em geral movimentos, que o sujeito executa em sua própria pessoa iguais ao que executa em cousas ou em outras pessoas”(1964: 178): *levantar-se*, *sentar-se*, *deitar-se atirar-se*, *arremessar-se*, *ajoelhar-se*, *abaixar-se* e outros. Essa mesma construção empregada com nomes de coisas indica que “a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala.” (1964: 179). Nesses casos, a voz medial denota atos espontâneos, sem agente ou causa aparente.

O uso do *se*, em frases como *vendem-se casas*, *alugam-se quartos*, considerado por muitos como casos de voz passiva, é explicado por Said Ali como uma extensão do processo de denotar atos espontâneos: A linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como *se* espontâneos fôssem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. (1964: 179)

A diferença entre o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado poderia ser a posição do nome: Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. (1964: 179)

Um estudo mais detalhado sobre o *se* nesta função em Said Ali (1966). Nele, o autor defende a análise dessas construções como frases com agente indeterminado. Após algumas reflexões sobre o uso do *se* no indo-europeu, tece observações sobre a perda da consciência do valor do *se* que teriam oposto frases do tipo *foram-se para o céu* e *eles foram para o céu*.

Said Ali nega o caráter passivo a verbos construídos com *se*. Para demonstrá-lo, o autor sugere uma situação de uso das duas formas, a reflexiva e a passiva, e a apresenta de forma tão clara, que nos limitamos a transcrevê-la aqui: Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases [*aluga-se esta casa*], na frente de outro ponha-se o

escrito contendo os dizeres esta casa é alugada. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta dêste modo: esta casa é alugada por alguém, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público. (1966: 98)

A diferença entre as duas formas é, portanto, não só formal, mas também semântica. O *se*, para Said Ali, é, na verdade, um elemento formativo da voz medial analítica que assume diversas funções tal como assumia a média sintética das línguas clássicas. Uma dessas funções é denotar agente desconhecido, ou por realmente ser desconhecido do falante ou por o falante simplesmente não querer mencioná-lo. Isso estaria claro em frases como “*compra-se o palácio e morre-se de fome*”, onde o pronome *se* “sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (1966: 92).

O papel do nome que segue o verbo não é, então, de sujeito passivo, mas de complemento do verbo. Para isso, concorre o fato de o nome poder vir precedido de preposição, como na conhecida passagem de Castilho (*apud* Said Ali, 1966: 93):

Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se.

Além disso, o paralelismo dessas construções com outras com verbo intransitivo reforça a hipótese do agente indeterminado: Imaginemos a seguinte parataxe: nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se enfim miseravelmente e na miséria se morre. Tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo *se*, como é o paralelismo da noção de atividade expressa por essas mesmas formas. O sistema da análise há-de portanto ser um só; não podemos admitir dois pesos e duas medidas. (1966: 100)

Said Ali conclui sua argumentação, afirmando que as “*formas não-ativas* (passiva em latim, reflexiva em português) têm *significação ativa* nos verbos sem sujeito.” (1966: 100). Afirmamos antes que a categoria de voz parecia assumir um caráter morfossemântico para Said Ali, que admitia a falta de iconicidade forma/sentido com verbos intransitivos. Diante dessa afirmação, temos de considerar que essa ausência de relação icônica forma/sentido ocorreria também em outros casos.

Observando os termos empregados pelo autor – voz passiva, forma reflexiva, voz ativa, significação ativa, voz medial – deduzimos o seguinte: (1) voz ativa, voz passiva correspondem a um conjugado de forma e sentido, embora nem sempre haja iconicidade; (2) os verbos têm forma ativa, forma passiva e forma reflexiva; (3) a voz medial seria uma forma que conjugaria diversos sentidos. A tabela (4) abaixo resume os pontos principais da teoria de Said Ali.

Tabela 4: Caracterização morfossemântica das vozes em Said Ali

	Voz ativa	Voz passiva	Voz medial
Forma	Conjugação simples	Ser + particípio	Conjugação com <i>se</i>
Sentido	Sujeito agente “Ponto donde parte a ação” atividade	Sujeito paciente “ponto para o qual a ação se dirige” passividade	Sujeito afetado, Agente inexistente ou indeterminado. Reflexividade Reciprocidade Atividade e outros

Sem dúvida, Said Ali muito contribuiu para a descrição da voz em português. Distinguindo no verbo o que era forma do que era sentido, e mais, não se deixando guiar cegamente por este último, Said Ali demonstrou mais bom senso que muitos de nossos contemporâneos, que usam ora de um critério, ora doutro. O estudo que fez do *se*, com argumentos bem construídos, a descrição dos diversos valores da forma medial, justificam o lugar de destaque que ocupa entre os autores brasileiros.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que: (a) a conceituação de voz, bem como sua tipologia constitui um problema em aberto a ser investigado; (b) cada subtipo de voz tende a constituir um ente heterogêneo em meio a seus pares, já que há conflito de critérios; (c) a voz, num e noutro momento, ora tem tratamento mórfico, ora semântico, ora sintático-semântico e até mesmo pragmático, sem solução de continuidade.

Todavia, pontos positivos salientam-se, entre os quais: (a) a tentativa de diferenciar a média da passiva, com base em critérios formais, semânticos e mesmo pragmáticos; (b) em alguns autores,

como Fernão de Oliveira, existe a adoção de um critério unívoco, baseado na paridade forma/sentido, através do qual se admite apenas a voz ativa; (c) tentativa de alguns autores de caracterizar as construções passivas como de natureza sintática e não morfológica; (d) distinção entre voz da oração e voz do verbo, que evoca Halliday (1976); (e) questionamento sobre a passiva, no que tange à sua caracterização léxica ou gramatical; (f) questionamento sobre a função do *se*: índice de indeterminação, índice de apassivação ou mesmo sujeito?

Nosso artigo terá atingido o seu objetivo se tiver mostrado aspectos positivos de uma tradição tão desprezada, mesmo porque a maior parte dos críticos só se detém nos gramáticos pós-NGB ou, deslumbrados com a lingüística moderna, já vão aos textos antigos cheio de vivências preconceituosas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, Paul Kent. *Dionysios Thrax's concept of diáthesis*. Disponível em www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html. 1996.
- BARBOSA, Jeronymo Soares *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Org. de José Pedro Machado. Lisboa: [s/ed.], 1957.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- COELHO, Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.A. Editores, 1891.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LADEIRA, José Dionísio. (1986) SE índice de indeterminação do sujeito ou SE sujeito? *Revista de Letras*. Fortaleza, 11(2): 4553.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desportos, 1986.

MACIEL, Maximino *Grammatica descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves, 1914.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura e notas de Leonor Carvalho Buesco. Lisboa: Casa da Moeda, 1975.

RIBEIRO, João. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Francisco Alves, 1908.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

———. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

———. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SILVA JR., Pacheco. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves.